

FERNANDO LEMME WEISS

Mestre e doutorando em Direito Público pela UERJ,
Professor da Pós-Graduação em Direito Tributário pela PUC-RJ,
Professor da Universidade Cândido Mendes, e do MBA Management da
FGV, Procurador do Estado do Rio de Janeiro, ex-Promotor no Estado de
São Paulo, advogado.femando@lemmeweiss.adv.br

PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS E FINANCEIROS

EDITORA LUMEN JÚRIS
Rio de Janeiro
2006



<http://bdjur.stj.gov.br>

Localização: 336.2:34

W429p

Código de barras: STJ00063907

Sumário

ABREVIATURAS	IX
PREFÁCIO	XI
APRESENTAÇÃO	XIII

PRIMEIRA PARTE - DIREITO TRIBUTÁRIO

Capítulo 1 - Valores, Princípios e Regras	3
1.1. O Valor/Princípio Basilar da Segurança Jurídica	13
Capítulo 2 - Classificação dos Tributos	19
2.1. Impostos	20
2.2. Taxas	21
2.3. Contribuições	25
2.3.1. Contribuições Sociais	26
2.3.2. Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	29
2.3.3. Contribuições de Interesse de Categorias Profissionais, ou Econômicas	29
2.3.4. Contribuição de Melhoria	30
2.3.5. Contribuição de Iluminação Pública	31
2.4. Empréstimo Compulsório	32
2.5. Outras Classificações	33
2.6. Repartição Constitucional das Receitas Tributárias	37
2.7. Cobranças Compulsórias Não-Classificáveis como Tributos	38
Capítulo 3 - Conceitos Tributários Básicos	47
3.1. Sujeito Ativo, Sujeito Passivo e Obrigação Tributária	47
3.2. Dever e Responsabilidade	51
3.2.1. Fundamentos da Responsabilidade	53
3.3. Capacidade Tributária	58
3.4. Domicílio Tributário	59
3.5. Hipótese de Incidência, Fato Gerador, Base de Cálculo e Alíquota	60
3.6. Crédito Tributário e Lançamento	68
3.6.1. Auto de Infração	73
3.6.2. Notificação do Lançamento	75
3.6.3. Revisão do Lançamento	76
3.7. Suspensão, Extinção e Exclusão do Crédito Tributário	77
3.7.1. Suspensão	77
3.7.2. Extinção	82
3.7.3. Exclusão	91



Capítulo 4 - Garantias e Discussão Judicial do Crédito Tributário	101
4.1. Garantias Materiais e Processuais	101
4.2. Ações Tributárias	105
4.2.1. Execução Fiscal, Embargos de Devedor e Exceção de Pré-executividade	105
4.2.2. Ações Anulatória, Declaratória e de Repetição de Indébito	107
4.2.3. Mandado de Segurança	112
4.2.4. Demais Ações	114
Capítulo 5 - Princípios Justificadores da Tributação	119
5.1. Princípio da Solidariedade	119
5.2. Princípio da Função Social da Propriedade	121
5.3. Princípio da Prevalência do Interesse Público	123
Capítulo 6 - Princípios Estruturais em Relação ao Sistema Tributário Nacional	131
6.1. Princípio do Federalismo	131
6.2. Princípios da Livre Iniciativa e Livre Concorrência	136
Capítulo 7 - Limites e Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar	139
7.1. Incidência, Não-Incidência, Imunidade e Isenção	139
7.2. As Imunidades e sua Justificação Principiológica	143
Capítulo 8 - Princípios Tributários Formais	147
8.1. Princípio da Legalidade e as Fontes do Direito	148
8.1.1. Espécies Normativas	150
8.1.2. Legalidade Estrita e Tipicidade	160
8.2. Princípio da Irretroatividade	163
8.3. Princípios da Anualidade e Anterioridade	164
Capítulo 9 - Princípios Materiais Delimitadores da Obrigação Tributária	171
9.1. Princípios da Isonomia, Generalidade e Universalidade	171
9.2. Princípio da Capacidade Contributiva e suas Aplicações	174
9.2.1. Progressividade	176
9.2.2. Princípio da Vedação ao Confisco	180
9.2.3. Seletividade	181
9.3. Princípio da Neutralidade e a Extrafiscalidade	182
9.4. Princípio da Não-Cumulatividade	184



Capítulo 10 - Princípios Interpretativos e Reguladores das Relações Tributárias	191
10.1. Interpretação e Integração	191
10.2. Eficácia da Lei no Espaço e no Tempo	196
10.3. A Fuga da Tributação e a Interpretação Econômica	200
10.4. Princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade	205
10.5. Princípios da Moralidade e Impessoalidade	210
10.6. Princípio da Praticidade	214
10.7. Princípios Processuais	217
10.7.1. Princípios do Devido Processo Legal, Ampla Defesa, Motivação e Verdade Material	217
10.7.2. Princípio da Publicidade	219
10.7.2.1. O Sigilo Bancário	220
10.7.2.2. A Consulta	223
10.8. Os Códigos de Defesa dos Contribuintes como Garantia dos Princípios Tributários	225

SEGUNDA PARTE - DIREITO FINANCEIRO

Capítulo 11 - Princípios Justificadores do Orçamento	239
Capítulo 12 - As Normas Reguladoras da Despesa Pública	245
12.1. Lei Orçamentária e suas Divisões	245
12.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual	248
12.3. Leis na 4.320/64 e de Responsabilidade Fiscal....	250
Capítulo 13 - Conceitos Financeiros Básicos	257
13.1. Receita	257
13.2. Fundos Orçamentários	257
13.3. Programação da Despesa	259
13.4. Procedimento para a Realização da Despesa	262
13.5. Contingenciamento	264
Capítulo 14 - A Dívida Pública	267
14.1. Origens do Endividamento	268
14.1.1. Contratual	268
14.1.2. Judicialmente Estabelecido	274
14.2. Competência Normativa e Limites para o Endividamento	279
14.3. O Pagamento da Dívida Através de Precatório	281



Capítulo 15 - Princípios de Elaboração Orçamentária	285
15.1. Princípios da Legalidade, Exclusividade, Universalidade, Unidade e Anualidade Orçamentárias	285
15.1.1. Técnicas Contábeis de Elaboração.— Clareza, Especialidade e flexibilidade	288
15.2. Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos	289
Capítulo 16 - Princípios de Execução e Controle da Gestão Financeira e Orçamentária	293
16.1. Estruturas de Controle	293
16.2. Princípios da Legalidade, Transparência e Publicidade..	298
16.3. Princípios da Probidade, Economicidade e Eficiência	300
16.4. Princípios do Equilíbrio Orçamentário e da Responsabilidade Fiscal	304
Referência Bibliográfica	307

